

CNBB defende Constituinte, independente do Congresso

Jânio de Freitas

Viva o general

Passadas 72 horas da crítica do general Euclides Figueiredo ao Congresso, ao governo e aos meios de comunicação, por complacência ou convicção com o comunismo, não se leu um só elogio a este soldado em quem as Forças Armadas depositam tanta confiança intelectual que a ele entregaram a orientação da Escola Superior de Guerra. Trata-se, pois, de um general dotado não apenas de estômago incomum, pela capacidade, que há tempos proclamou, de engolir sapos criados nas urnas, como o governador Brizola. Há de ser também uma cabeça incomum no seu meio.

Daí que a falta de apreço para com suas palavras não seja apenas uma injustiça, mas também a parcialidade que comprova o diagnóstico do general: "Estamos vendo uma forte atuação do pessoal de esquerda em vários setores, principalmente nos meios de comunicação". Mas não em todos, general, que sempre haverá por aqui quem se disponha a reparar injustiças e parcialidades contrárias aos que levam o céu nos ombros e, pelos peitos abaixo, as provas em tecnicolor da bravura nos campos de luta (não confundir com luta pela vida, que isso é coisa de paisano e quase sempre com reivindicações de justiça muito suspeitas).

Para o leitor a quem faltou a oportunidade de ler a entrevista do general, informasse que sua sugestão é taxativa ante a legalidade concedida pelo Congresso e reconhecida pelo governo aos partidos comunistas: "Nós não deveríamos aceitar os partidos clandestinos porque eles não são democráticos. Vamos pagar caro por isso". Se não deveríamos aceitá-los, a proposta do general, que ao contrário dos esquerdistas é um democrata, obviamente conduz à proposta de eliminá-los. O que, aliás, fica mais claro com a recusa do general à possibilidade de conviver, na democracia, com os comunistas: "Não, inimigo é inimigo, sempre foi". Seguiram-se os comentários sobre os meios de comunicação, já mencionados, e a esperança de que a Constituinte tenha bom senso. Isto é, faça uma Constituição direitista.

Ainda mais do que elogio, este general Figueiredo, irmão daquele,

merece agradecimento. Quando se diz que lá dentro não poderia ter havido, em tão pouco tempo, a metamorfose democratizante apreçada pelos meios de comunicação (muito infiltrados, não esqueçam), esta constatação é recebida como um toque de pessimismo absurdo a meio do conto da Carochinha. Pois já não é qualquer dos infiltrados que o diz, é o general comandante da Escola Superior de Guerra que o prova, ainda por cima invocando, para eliminar quaisquer dúvidas, a doutrina iluminadora do pensamento militar (deixa pensamento mesmo, que o momento é de elogios).

Com tantas ilusões impressas sobre o novo regime, é como diz o general: "Ainda vamos pagar caro por isso."

Autor e desautores

Revela o presidente Sarney que está concluindo um romance, a ser em breve entregue à edição. Eis aí uma face de fato respeitável em José Sarney, não importam os resultados passados ou futuros: sua fidelidade à busca da realização literária.

Ainda que por interferência da fatalidade, Sarney inclui-se, hoje, entre os raríssimos políticos que realizaram o sonho inenunciável que a todos eles impele — a posse do mais alto, mais incontestável poder. E, no entanto, aí está Sarney buscando o reconhecimento para um simples romance, o Presidente ambicionando algum reconhecimento para o autor, como tantos autores em busca de algum reconhecimento.

E como ficam ainda mais ridículas, diante da dedicação deste Presidente a escrever o seu papel, bajulices como esta do loquaz assessor Luiz Paulo Rosenberg: "Parece que o Presidente não tem tempo a não ser para buscar fórmulas que solucionem os enormes problemas que encontrou". Ou esta outra, há pouco assinada em uma primeira página: "Agora que o novo presidente civil, José Sarney, trabalha dezoito horas por dia, inclusive aos sábados, os assalariados fazem greve para trabalhar menos". Bem, neste caso o ridículo bajulatório compete com o oportunismo reacionário. Mas a negação do autor Sarney é a mesma.

Eleições municipais inibirão as atividades do Congresso

Da Sucursal de Brasília

Depois de uma paralisação de trinta dias, determinada pela Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reabrem hoje com a perspectiva de terem suas atividades legislativas, na prática, encerradas em meados de setembro, embora devam funcionar formalmente até dezembro. A provável redução do período de atividades tem como causa as eleições municipais das capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional, em que se encontram empenhados todos os partidos e que estão sendo disputadas, em muitos casos, pelos próprios deputados.

Por força do afastamento dos congressistas, o debate político será naturalmente inibido, prevalecendo a apreciação de questões econômicas, ainda assim de modo a não prejudicar a campanha eleitoral. Tanto

assim que as principais matérias a serem decididas este ano, como a reforma tributária proposta pelo deputado Airton Sandoval (PMDB-SP), o projeto do deputado Hélio Duque (PMDB-PR) que dispõe sobre o acesso de qualquer cidadão aos arquivos do SNI e a proposição do deputado Dilson Fanchin (PMDB-PR) sobre a participação do Congresso na negociação da dívida externa serão votadas em agosto. Da mesma forma, a mensagem do presidente José Sarney de convocação da Assembleia Nacional Constituinte será lida no próximo dia sete.

A despeito da participação de mais de vinte deputados no pleito de novembro próximo, somente três manifestaram o propósito de licenciarem-se do mandato: o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Coutinho Jorge (PMDB-PA).



D. Pedro Casaldáliga afirma que jejuar com D'Escoto foi uma "decisão pessoal"

Casaldáliga explica jejum em carta ao clero nicaraguense

Da Reportagem Local

Uma carta ao cardeal-arcebispo de Manágua, capital da Nicarágua, d. Miguel Obando y Bravo, e ao presidente da Conferência Episcopal Nicaraguense, d. Pablo Vega, foi enviada ontem pelo bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, que está participando, desde o domingo passado — na Igreja do bairro Lezcano, em Manágua —, do jejum do chanceler sandinista, padre Miguel d'Escoto, "pela paz e pela autodeterminação da Nicarágua". O documento é uma resposta de d. Pedro à Conferência Episcopal Nicaraguense, que enviou carta ao presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, pedindo que os bispos brasileiros "respeitem a autoridade dos bispos locais, evitando interferências que possam trazer consequências mais graves contra a Igreja na Nicarágua, que já sofre bastante", segundo notícia publicada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

D. Pedro divulgou, também, carta enviada ao presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Ivo Lorscheiter, pouco antes de embarcar para a América Central, qualificando sua decisão como "pessoal e em espírito de corresponsabilidade fraterna e apostólica".

Irritação

A presença de d. Pedro Casaldáliga em Manágua provocou irritação na Conferência Episcopal por dois motivos: 1. Ele veio somar-se ao jejum do padre D'Escoto, suspenso "a divinis" pelo Vaticano por não ter deixado suas funções como chanceler da Nicarágua; 2. Participou, também, dos funerais de nove mães de soldados que iam visitá-los nas zonas de guerra e de 31 milicianos sandinistas, assassinados anteontem na fronteira com Honduras. Nenhum bispo da Nicarágua estava na cerimônia fúnebre.

Nem a presidência da CNBB (d. Ivo Lorscheiter, d. Benedito Ulhôa Vieira e d. Luciano Mendes de

Da Sucursal de Brasília



Uma Assembleia Nacional Constituinte distinta do atual ou do novo Congresso Nacional e a possibilidade de candidaturas avulsas são alguns dos princípios defendidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil na eleição e no trabalho a ser desenvolvido pela Constituinte de 1986, em documento elaborado por uma comissão da entidade.

Esta comissão, de sete membros e sob a presidência de d. Cândido Padim, bispo de Bauru, município a 337 quilômetros de São Paulo, realizou seu último encontro no dia 25 de julho, em São Paulo, e, na ocasi-

"Participação em todos os níveis"

Eis a íntegra da nota divulgada pela CNBB:

"É certo que não compete à Igreja influir, tecnicamente, nem no processo, nem no conteúdo final da nova Constituição. Dentro do realismo político atual, cabe alertar para alguns pontos que levem o processo e a Constituinte mesma serem um reflexo autêntico das aspirações nacionais.

"Reafirma-se que o pacto social ideal, a ser proposto ao País, na verdade, só será válido enquanto for resultado de um amplo consenso

ão, elaborou um relatório a ser enoá-) minhado às Comunidades de Base.

Este documento, lembra também V respeito aos direitos humanos, garantias individuais e solidariedade comb* "pedra de toque" para um pacto social. Prega uma ampla mobilização e consulta a todos os setores da sociedade, "sobretudo às minorias" iQ

Defende, dentro de um processo livre, a possibilidade de candidaturas avulsas, independente de filiação partidária. Observa a importância de se estabelecer um calendário "onâfr as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a realização de própria Constituinte, eleições e posse do novo Congresso não se atropelarem". E conclui que a Comissão de Estudos Constitucionais, que vai elaborar o esboço da nova Carta, jamais "deve impor um modelo de Constituição". b* i

nacional, onde ninguém se sinta marginalizado. OS direitos humanos, as garantias individuais e a solidariedade são a pedra de toque deste pacto social. Eis porque o amplo processo de consulta ao País deve pressupor a participação em todos os níveis: ampla mobilização, através de assembleias consultivas, e eleição de delegados, como porta-vozes destas assembleias. Todo o processo deve ser livre, democrático, participativo. Defeyo de-se, assim, possibilidade de candidaturas avulsas, isto é, independentes de filiação partidária, ou seja, suprapartidárias".

Igreja revela ^ ^ S Os sobre Boff

Da Reportagem Local
Em nota de seis pontos divulgada na última edição do seu boletim "Notícias", publicado em Brasília, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil resume os resultados do diálogo de sua presidência — e da Comissão Episcopal de Doutrina — com o papa João Paulo 2º e com o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, dias 4 e 5 de julho passado, no Vaticano. A nota confirma que, a partir de agora, os escritos do teólogo Leonardo Boff serão submetidos à censura prévia.

São estes os pontos da nota da CNBB: "1. Para o Vaticano e a CNBB, o caso Boff não tem nada a ver com a Teologia da Libertação; 2. O segundo documento da Congregação para a Doutrina da Fé sobre os aspectos positivos da Teologia da

Libertação poderá ser publicado até à libertação e poderá ser publicado em todo a 'certas restrições', mas não ao silêncio absoluto, já que pode exercer várias atividades, devendo submeter seus escritos à censura prévia: 4. Nas relações com a CNBB, o Vaticano levará sempre mais em conta o 'princípio de subsidiariedade', pelo qual os problemas só irão a Roma depois de esgotadas todas as instâncias no plano interno da Igreja no Brasil. Isto consta, inclusive, do novo Código de Direito Canônico; 5. As editoras católicas no Brasil deverão estudar bem o capítulo do Código Canônico sobre a censura eclesialística às obras a serem editadas; 6. A Comissão de Doutrina da CNBB continuará trabalhando de modo positivo e não inquisitorial".

Dropes

* O candidato do PMDB à Prefeitura de Goiânia (GO), Daniel Antônio, reuniu-se ontem à tarde com o governador Iris Rezende e o senador Henrique Santillo para discutir a estratégia de sua campanha.

* Em Camaçari, cidade onde se localiza o pólo petroquímico da Bahia, a polícia prendeu funcionários da Prefeitura, que falsificavam transferências de títulos de eleitores de Salvador.

* O presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana (Ceiam), Antônio Quarrachino, disse ontem, em Bogotá, que a Igreja Católica mantém sua opção preferencial pelos pobres e se empenha em ser instrumento de paz, "sem cair na tentação de converter-se em partido político".